



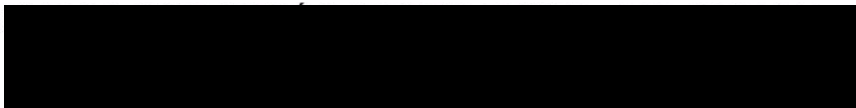
8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital

Av. Professor Plínio Bastos, nº 500, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-350.

Telefones: 3976-5448/ 3976-5752.

MPRJ nº 2020.00070132 - Procedimento Administrativo.

Infantes:



Ementa: Procedimento Administrativo. Tutela individual. Violação de direitos de adolescentes. Suposta situação de risco. Medida Judicial cabível já adotada. Ausência de interesse no prosseguimento do presente feito.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de procedimento administrativo registrado sob o nº 2020.00070132, que tramita junto à 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital, instaurado para apurar situação de risco vivenciada por [REDACTED]

No curso do procedimento, restou verificado que [REDACTED] está com seus direitos resguardados pelo [REDACTED] sendo que este órgão de execução ajuizou a Ação de Nomeação de Tutor (Processo nº [REDACTED]), visando à aplicação da medida protetiva cabível à infante. Ressalte-se que o processo continuará em acompanhamento através da Planilha de Acompanhamento dos Processos Judiciais de atribuição da 8ª PJIJ da Capital.

Ademais, em relação à infante [REDACTED] restou verificado que está sob os cuidados da Sra. [REDACTED] que ajuizou a correspondente Ação de Tutela (Processo nº [REDACTED])

É o breve relatório.

Depreende-se da análise dos autos que a notícia encaminhada já é objeto de medida judicial, através do ajuizamento das ações cabíveis (Ação de Nomeação de Tutor e Ação de Tutela) não mais persistindo o interesse no prosseguimento do presente feito, merecendo o respectivo arquivamento.

Nesse sentido aduz o **ENUNCIADO CSMP Nº 18/2007: “AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL INDEPENDENTE CONTEMPLANDO A TOTALIDADE DO OBJETO DA**

MPRJ nº 2020.00070132

Cristiane de C. [REDACTED]
Promotoria de Justiça
Matrícula 1374



8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital

Av. Professor Plínio Bastos, nº 500, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-350.
Telefones: 3976-5448/ 3976-5752.

INVESTIGAÇÃO DO MP. PERDA DO INTERESSE PROCEDIMENTAL. *O ajuizamento de ação civil pública, de ação popular, de ação de improbidade ou de outra medida judicial pelo Ministério Público ou por terceiros legitimados, cujo pedido contemple a totalidade do objeto da portaria de instauração ou dos elementos que vierem a surgir no curso das investigações, acarreta a perda do interesse procedimental, devendo ser promovido o arquivamento do inquérito civil ou de outro procedimento. Hipótese de homologação de arquivamento.” (Aprovado na sessão de 17 de dezembro de 2007; modificado em 13 de fevereiro de 2020, com vigência a partir de 08 de fevereiro de 2021).*

Por todas as razões expostas, o Ministério Público determina o **arquivamento** do presente expediente, com fundamento no artigo 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 174/2017 e no artigo 36 da Resolução GPGJ nº 2.227/2018, determinando-se à Secretaria o seguinte.

1- Registre-se, anexando-se o procedimento integralmente digitalizado no sistema MGP (Módulo de Gestão de Processos), **observando-se o determinado no artigo 4º, § 4º da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 53, de 05/04/2022.**

2- Dê-se ciência, por meio eletrônico, ao CAO Infância e Juventude Matéria Não Infracional, ao interessado/comunicante, do inteiro teor da presente, ressaltando-se o direito do respectivo interessado de interposição de recurso, com as respectivas razões, no prazo de **10 (dez) dias**, para o Conselho Superior do Ministério Público, **a ser protocolado na secretaria deste órgão de execução ministerial**, conforme artigo 4º, §§1º e 3º, da Resolução nº 174/17, do CNMP e artigos 6º e 7º da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

3- Expeça-se ofício ao Conselho Tutelar de Ramos para que permaneça em acompanhamento do caso e adote as providências que se afigurarem cabíveis.

4- Certifique-se o cumprimento dos itens 1, 2 e 3 acima, observando-se o Enunciado nº 60 / 2019, do Conselho Superior do Ministério Público, se for o caso.

5- Esgotado o prazo para interposição de recurso, archive-se o presente procedimento administrativo em caixa própria no âmbito desta Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, em observância ao que estabelece a **Súmula CSMP nº 09**: “*Na hipótese do inciso III do art. 8º da Resolução CNMP nº 174/17, após arquivamento do Procedimento Administrativo pela Promotoria de Justiça, não havendo recurso interposto pelo noticiante, comprovada regular ciência da promoção de arquivamento ou em razão da impossibilidade de cientificá-lo, os autos serão arquivados no âmbito do órgão de execução, sem remessa ou comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público.*” (Aprovada na sessão do dia 05 de outubro de 2017; modificado em 13 de fevereiro de 2020, com vigência após decorridos sessenta dias de publicação).



8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital

Av. Professor Plínio Bastos, nº 500, Olaria, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21021-350.

Telefones: 3976-5448/ 3976-5752.

6- Em caso de interposição de recurso, abra-se nova e imediata vista dos autos do presente feito ao Promotor de Justiça em exercício no órgão de execução, para análise e eventual decisão de reconsideração.

7- Após o arquivamento do presente procedimento, proceda-se às anotações e registros pertinentes no livro próprio e no sistema MGP, **dando-se baixa, no sistema MGP, também quanto aos ofícios expedidos no âmbito do presente procedimento administrativo porventura pendentes de resposta.**

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2022.

Cristiane de Carvalho Vasconcelos

Promotora de Justiça

Matricula 2374

Matricula 2374